

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

**ECONOMIA POLÍTICA DO TRABALHO NO  
CAPITALISMO DEPENDENTE: apontamentos sobre a  
marginalidade social e a superexploração da força de trabalho**

Recebido em Fevereiro de 2016  
Aprovado em Outubro de 2016

# ECONOMIA POLÍTICA DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE:

## Apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho

### Resumo

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento na região, a partir do apontamento das especificidades de suas relações econômicas, políticas e sociais. Como parte dessa teoria, foi elaborado um conjunto de categorias, cujo foco central era compreender as particularidades da dinâmica das relações de trabalho no interior dessas economias dependentes, e como essa dinâmica era resultado próprio da forma como o capitalismo se consolidou na região. A partir desses aspectos, o objetivo do presente artigo é retomar duas dessas categorias – a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho – e buscar mostrar, de um lado, a importância de sua elaboração para a compreensão das relações capital-trabalho nas economias periféricas e dependentes e, de outro, suas aparentes contradições e complementaridades para a fundamentação de uma economia política do trabalho no capitalismo dependente, enquanto base teórica para a explicação dos eventos estruturais e conjunturais das relações de trabalho dessas economias.

**PEDRO HENRIQUE  
EVANGELISTA DUARTE**

Instituto de Economia -  
Universidade Federal de  
Uberlândia  
Email: pheduarte@ufu.br

**Palavras-chave:** Teoria da dependência, teoria da marginalidade, superexploração da força de trabalho, marginalidade social, capitalismo dependente.

**Classificação JEL:** B51; J21, O54.

## Abstract

The dependency theory emerged in the Latin American historical context of the early 1960s, as an analytical attempt to explain the development in the region, from the observations of the specific characteristics of their economic, political and social relations. As part of this theory, was drawn up a set of categories, whose main focus was to understand the particularities of the labor relations' dynamic in these dependent economies, and how this dynamic was a result of the way in which capitalism was consolidated in the region. Considering these aspects, the aim of this paper is to reexamine two of these categories – the workforce superexploitation and the social marginality – and seek to show, on the one hand, the importance of their elaboration for the understanding of capital-labor relations in peripheral and dependent economies, and on the other, their apparent contradictions and complementarities to build a political economy of labor in dependent capitalism, as a theoretical basis for the explanation of structural and cyclical events of labor relations of these economies.

**Keywords:** Dependence theory, marginality theory, workforce superexploitation, social marginality, dependent capitalism.

## Introdução

A teoria da dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Essa corrente teórica propunha-se a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia como um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras. A teoria da dependência nasce, então, enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca

compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (SANTOS, 2000, p. 26).

Diferentemente das noções ancoradas no chamado “desenvolvimentismo”, a teoria da dependência não interpreta subdesenvolvimento

e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas, de modo que propõe superar a compreensão de subdesenvolvimento enquanto uma situação de desenvolvimento pré-industrial ou, em outros termos, desarmar a noção desses aspectos enquanto etapas de um *continuum* evolutivo. Segundo Marini (1992, p. 74), de acordo com a concepção desenvolvimentista,

[...] o subdesenvolvimento seria uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno (quando já se completou o desdobramento setorial), existindo entre os dois o momento da decolagem – do take off, para usar o jargão da época – no qual a economia em questão ostentaria já todas as condições para assegurar um desenvolvimento auto-sustentado.

Superada essa ideia, desenvolvimento e subdesenvolvimento passavam a ser vistos, dentro dessa nova corrente teórica, como um par dialético, ou seja, o subdesenvolvimento tomava a forma de um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, esse novo aporte teórico entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas –, configurando-se também no movimento internacional de capitais, em especial na

figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

O aspecto central da vertente marxista<sup>1</sup> da teoria da dependência é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo aqui se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso, ressalta que a compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano e sua especificidade periférica só ganhavam sentido se investigadas tanto no âmbito das relações política, econômica e social nacionais quanto no das internacionais. Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países – os periféricos – está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias às quais está subordinada – as centrais –, de tal forma que os países centrais poderiam se autossustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Por isso, a condição

de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais e, ainda que fosse a representação de uma subordinação externa, teria manifestações internas nos arranjos político, social e ideológico. Dentro disso, uma economia periférica, ou dependente, é considerada como o país ou região que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e elevados níveis de concentração de renda e riqueza (CARCANHOLO, 2009, p. 251).

Nesses termos, o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros, como na forma de juros, dividendos e *royalties* – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Ao tratar das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia, a teoria da dependência buscou compreender as formas particulares através das quais se processava a reprodução do capital na periferia, e para tanto era fundamental entender a estruturação das relações capital-trabalho e a organização do mundo do trabalho. A partir da percepção de que a reprodução do capital encontra sua origem na exploração do trabalho, tratou de compreender e de explicar, a partir da elaboração de um conjunto de categorias, as possíveis especificidades nas formas de ser do trabalho, no processo de reprodução da classe trabalhadora e nos mecanismos de intensificação da exploração do trabalho. É a partir desses aspectos que se tem a formulação das categorias “superexploração da força de trabalho” e “marginalidade social”.

Partindo do debate apresentado anteriormente, o objetivo do presente artigo é realizar um resgate dos debates acerca das categorias superexploração da força de trabalho e marginalidade, buscando compreender como essas categorias, e as análises teóricas a partir das quais foram formuladas, tentaram entender as particularidades das relações de trabalho em economias capitalistas periféricas e dependentes, em especial no que tange ao permanente processo de expansão do excedente

de mão de obra, da intensificação da exploração do trabalho e da marginalização social da classe trabalhadora. Parte-se da percepção de que ambas as categorias foram de extrema importância na formulação de uma teoria do desenvolvimento periférica, mas que, gradualmente, num esforço político, teórico e ideologicamente orientado, foram suprimidas dos debates que ganharam protagonismo ao longo dos últimos 60 anos. Considerando, então, sua importância enquanto corpo teórico crítico, pretende-se não apenas o seu resgate e a complementaridade entre ambas para explicar as relações de trabalho em regiões periféricas, mas a análise de sua atualidade para a explicação dos eventos contemporâneos próprios à economia e à sociedade capitalista.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira seção é apresentada a categoria marginalidade social, cujo aspecto central é a observação das particularidades da formação da superpopulação relativa em países periféricos. Na segunda seção é apresentada a categoria superexploração da força de trabalho, a qual analisa os mecanismos de intensificação da exploração do trabalho a partir do processo de transferência de renda periferia-centro. Por fim, nas considerações finais, procuraremos mostrar a importância conjunta destas categorias, dentro da economia política, para a compreensão dos aspectos estruturais e conjunturais das relações de trabalho na

periferia, em especial no que diz respeito aos aspectos contemporâneos do mundo do trabalho.

### **I. A tese da marginalidade<sup>2</sup>**

A teoria marxista da dependência tratou de determinar, no plano dos intercâmbios entre países periféricos e centrais, a formação de um capitalismo que reproduzia, em escala crescente, as relações de dependência entre essas diferentes regiões. O capitalismo dependente, por sua vez, tem como um de seus elementos centrais o fato de ser superexcludente, ou seja, de ser incapaz de absorver no sistema produtivo e social, por razões distintas, o conjunto da população disponível no mercado de trabalho. É dessa característica central do capitalismo periférico que se ocuparam os diferentes aportes teóricos da chamada teoria da marginalidade.

De modo geral, a teoria da marginalidade analisa as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras, busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, nos setores produtivos tipicamente capitalistas e, de outro, como essa fração da população se articula produtiva e socialmente

para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a teoria da marginalidade trata da formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, e como essa superpopulação ganha contornos específicos, seguindo as especificidades da forma de organização da produção dessas economias.

É, então, a partir da teoria da marginalidade que se empreende um esforço teórico no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas e dependentes, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, vincula-se a formas de trabalho marginais – caracterizadas, especialmente, pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas

também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico.

Nesse sentido, a noção de marginalidade social refere-se a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. Dessa forma, fundamenta-se num modo particular de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais (QUIJANO, 1978, p. 43).

No debate acerca da marginalidade social, ganhou especial destaque a tese desenvolvida por José Nun, cujo ponto de partida foi a análise desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse* (2011). De acordo com essa análise, trabalhadores e meios de produção são fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se combinam é que distingue as diferentes épocas econômicas e estruturas sociais. É a forma específica dessa combinação que estabelece, em cada caso, o tamanho da população que se considera adequado aos esquemas vigentes de produção, de modo que seus limites dependem da elasticidade da forma determinada dessa produção e variam de acordo com suas

condições. A parte da população que excede esses limites permanece como fator virtual, uma vez que consegue se vincular aos meios de sua reprodução; esta seria a parte da população denominada de “superpopulação”. Assim, uma vez tendo em comum a base que as determina, os limites da superpopulação seriam delimitados pela população adequada, sendo o excedente da população sempre relativo ao modo vigente de sua produção.

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa assenta-se na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo se referencia aos efeitos que o primeiro provoca no sistema – em outras palavras, a categoria exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global.

Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva, nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria esta que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto (NUN, 1978, p. 82).

La propia lógica del enfoque hace, entonces, que el fenómeno de la superpoblación no sea estudiado en sí mismo sino en términos de sus consecuencias equilibradoras para el

sistema, es decir, en tanto “ejército industrial de reserva”. Este está claramente llamado a cumplir dos funciones en el mercado de trabajo: por una parte, intensifica la competencia entre los obreros y deprime los salarios a nivel del mínimo fisiológico de subsistencia, condición indispensable para la explotación – entendida como “consumo destructivo” de la mano de obra – que promueve “la formación y el acrecentamiento del capital”; por otro lado, mantiene constantemente disponible una masa de trabajadores para que la industria pueda en los meses de mayor actividad, producir en el mercado la cantidad de mercancías requeridas (NUN, 1996, p. 188).

O ponto central da análise do autor está circunscrito à fase monopolista do capitalismo – momento no qual os países latino-americanos iniciam seus respectivos processos de industrialização –, quando o aumento da apropriação do excedente pelas grandes empresas via inovação tecnológica e retornos de escala, associado à difusão restringida de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado, e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, resultou na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua função social, tornando-se um aglomerado de pessoas “socialmente inúteis”. Como consequência, essa população excedente

perderia tanto sua função direta, de promoção da demanda por trabalho nos momentos de expansão do capitalismo – dado que o aumento da composição orgânica do capital faz com que uma quantidade relativamente menor de trabalhadores seja necessária para uma quantidade crescente de capital – quanto sua função indireta, de pressões sobre o nível dos salários e a intensidade do trabalho – uma vez que o aumento da produtividade permitiria um aumento da exploração do trabalho com melhorias relativas na remuneração.

É desse conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo, que surgiria o que o autor chama de massa marginal, ou seja, a parte *afuncional* ou *desfuncional* da superpopulação relativa, conceito que se situa na esfera das relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico. Tal relação implicaria em uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera esse excedente, e por outro, não necessita dele para seu funcionamento. De modo geral, na fase monopolista, a superpopulação relativa estaria, então, dividida entre um conjunto de trabalhadores desocupados que mantém as funcionalidades típicas da fase competitiva – o exército industrial de reserva – e uma massa de trabalhadores que perde sua função nessa nova fase – a massa marginal. Assumindo que, na fase monopolista, o aumento da racionalidade

das empresas converte-se numa permanente redução da racionalidade do sistema, uma parte cada vez maior da superpopulação relativa tende a se tornar massa marginal, cuja ausência de funcionalidade não é um aspecto requerido pelos agentes econômicos, mas sim um efeito da contradição fundamental entre as relações de produção predominantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Nesse sentido, o autor pontua que a parcela da classe trabalhadora vinculada à massa marginal se trata de uma fração da população que está fora dos esquemas formais de produção, fator que condiciona a noção de que tal grupo perde sua função perante a sociedade. Não haveria, do ponto de vista produtivo, uma participação da massa marginal na organização da sociedade, exatamente porque a estrutura que se consolida o faz de forma a tornar tal população supérflua, ou não mais adequada.

A partir dessa perspectiva de diferenciação categorial proposta por Nun, o autor caminha, aparentemente, para uma tentativa de circunscrever o exército industrial de reserva à parcela da força de trabalho que, na teoria do valor de Marx, comporia a parte flutuante da superpopulação relativa, sendo as demais frações, assim, parte componente da massa marginal. Elemento que, por si só, seria insuficiente, do ponto de vista da amplitude da

categoria elaborada por Marx, para qualificar a fração da força de trabalho não componente do exército industrial de reserva como afuncional ao movimento da acumulação capitalista. Especialmente se considerarmos o fato de que, concretamente, o excedente de mão de obra é fator fundamental para o incremento da valorização do capital a partir dos mecanismos de intensificação da exploração do trabalho. Para além desses aspectos, importa considerar a tentativa do autor de pontuar, a partir das especificidades da economia periférica, possíveis novas formas de análise das categorias formuladas na teoria do valor marxista.

Levando, então, em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, dois fatores teriam condicionado o surgimento da massa marginal. Em primeiro lugar, as descontinuidades do processo de acumulação primitiva de capital. A não ocorrência de uma revolução agrária na América Latina, que demarcasse as bases da transição dos regimes de acumulação, e a inserção dependente dos países no comércio internacional, com o não direcionamento do excedente interno para a consecução de um processo industrial, resultaram em restrições no processo de formação de um trabalhador livre, de forma que se perpetuaram, historicamente, formas e mecanismos pré-capitalistas de exploração da mão de obra, com os quais se conecta, de forma proveitosa, o setor hegemônico da

economia. Em segundo lugar, a industrialização feita a partir do processo de substituição de importações e sem considerar as características específicas das relações sociais de produção, dentre elas as relações de trabalho, levou à efetivação de um plano de industrialização montado com tecnologias poupadoras de mão de obra, criando um descompasso entre a oferta de força de trabalho e as necessidades de absorção por parte do capital produtivo.

Considerando as diversas formas de manifestação da marginalidade, e compreendendo que seu único componente não é a desocupação, mas também um conjunto de atividades instáveis e vulneráveis, cabe destacar que, a despeito do critério de sua definição ser a predominância do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, esta não é a única forma de organização da produção existente na economia periférica, dada sua convivência com um contingente mais ou menos amplo de pequenas e médias empresas que operam em termos similares a uma economia competitiva. A convivência dessas formas distintas de organização da produção e de processos de acumulação resulta em uma diferenciação crescente no mercado de trabalho, a respeito das quais variam a funcionalidade do excedente da população.

De esta manera, los desocupados pueden ser, a la vez, un ejército industrial de reserva para el sector competitivo y una masa marginal para

el sector monopolístico. Pero, además, la mano de obra sobrante en relación a este último no necesariamente carece de empleo ya que puede estar ocupada en El otro sector. Es decir que una baja tasa de desocupación resulta compatible con la existencia de una superpoblación relativa a la gran industria, categorizable como ejército de reserva y/o como masa marginal. En este sentido, su funcionalidad dependerá del grado de satelización del sector competitivo que, en muchos casos, puede estar trabajando para las grandes corporaciones: aparecería así una nueva forma de “*putting out system*” y, de hecho, las pequeñas y medianas empresas estarían contribuyendo a reducir los costos salariales del sector monopolístico (NUN, 1996, p. 202).

O que se percebe, então, é a interconexão desses dois setores, de modo que há um certo “deslocamento” da mão de obra entre os mesmos, sempre limitado por determinados fatores, em especial os ditados pela qualificação da mão de obra. Nesse sentido, o fato de se pontuar como mão de obra marginal para o setor monopolístico, não encontrando formas de absorção neste, não impede que a força de trabalho se vincule a outros setores, sejam aqueles caracterizados pelos elementos do setor competitivo, sejam os setores marcados pela elevada instabilidade. Do que se pode concluir que o fundamento da análise não se assenta exclusivamente no critério da funcionalidade ou não do excedente, especialmente quando este se encontra vinculado, ou ainda subordinado, ao

movimento mais geral do capital.

Tal como na tese formulada por José Nun, Aníbal Quijano parte da noção de que o capitalismo periférico é caracterizado por determinadas particularidades, as quais se convergem no aspecto da dependência. Segundo o autor, a formação socioeconômica latino-americana é demarcada por uma permanente combinação de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, sempre sob o domínio da primeira. Na produção capitalista, a introdução de novos setores produtivos nunca seria resultado do desenvolvimento orgânico dos setores precedentes, a partir das necessidades e características dessas economias, mas, sim, de formações dominantes do sistema global, de modo que sua incorporação, feita sempre de forma fragmentada, seria fruto das decisões dos agentes econômicos que dominam o sistema, bem como resultado de processos que ocorrem no interior das formações sociais dominantes. Assim, a transição de etapas no processo de expansão do capitalismo na América Latina teria um caráter abrupto, que não apenas impediria sua generalização para o conjunto da estrutura produtiva, mas excluiria a possibilidade de eliminação das estruturas anteriores – dentre as quais as não capitalistas –, conformando um novo nível dentro de cada setor da estrutura produtiva. Nesses termos, à medida que avança o sistema capitalista a escala global, a incorporação desses elementos

na matriz produtiva latino-americana se faz de modo crescente, conduzindo à conformação precária e inconsistente das estruturas de relações de produção e de poder político e, por fim, determinando o caráter dependente dessas economias<sup>3</sup>.

Duas seriam as transformações ocorridas na estrutura econômica latino-americana responsáveis pela convivência permanente de setores com distintos níveis de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a generalização da produção industrial de bens e serviços como setor hegemônico; em segundo lugar, a emergência do monopólio como modalidade da organização da atividade econômica. Como essas transformações ocorrem não como parte do processo de expansão e modificação dos setores antes dominantes, mas, sim, pela incorporação de processos ocorridos nos países centrais, impede-se uma generalização para o conjunto dos setores produtivos da economia, determinando a existência de heterogeneidade estrutural.

De modo que, se há uma tendência de homogeneização histórica da estrutura global das relações de produção, com a eliminação dos elementos pré-capitalistas que se mantêm nas estruturas econômicas e sociais, o mesmo não se replica para a economia latino-americana.

Em síntese, a tendência é que em cada um dos setores básicos da atividade econômica

ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, de um nível de atividades e de mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos para as possibilidades de incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir, configurando um nível de atividade econômica. Este “nível deprimido” da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, estruturam-se de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado polo marginal.

Essa configuração das formas produtivas, por sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência da utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica, nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos,

há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cuja ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, que impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Do ponto de vista das relações de trabalho, as implicações seriam de duas ordens. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dada a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, haveria uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se tornaria reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não haveria difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, seria gerada uma concentração de recursos

nos setores monopolísticos, bem como uma redução da possibilidade de absorção de mão de obra. Como a imposição de determinadas necessidades qualitativas da força de trabalho não tem aderência às experiências prévias da maior parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre simultaneamente ao crescimento da população em seu conjunto, é engendrada uma nova estrutura do mercado de trabalho.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas vê-se imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, seja pelo esgotamento de seus recursos produtivos, seja pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limita suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo, portanto, sua capacidade de absorção. De modo que se forma um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento têm um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver, de modo estável, a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores

de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade econômica. Essa mão de obra que ora assume o caráter de sobrança, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada.

A existência do polo marginal, nesses termos, acarretaria dois processos que se consolidam como estruturais para a sociedade periférica. Em primeiro lugar, a intensificação da heterogeneidade estrutural e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência, uma vez que os avanços do setor monopolístico não se estendem ao conjunto dos setores produtivos. Em segundo lugar, a existência de uma mão de obra marginalizada, com aprofundamento e agudização das diferenciações sociais, e com taxas gradualmente mais elevadas de uma fração da população submetida a processos de pauperização econômica, social e cultural.

Em resumo, as teses de Nun e Quijano apontam para a consolidação de aspectos da estrutura econômica das regiões periféricas que, pela absorção de esquemas produtivos elaborados fora de sua realidade social, e por terem sido adotados de maneira abrupta,

impediram a plena difusão de tecnologias para o conjunto do sistema produtivo. Esse aspecto acarretou, de um lado, a convivência de setores produtivos com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, um permanente entrave à absorção da mão de obra. Frente às dificuldades de adequação ao setor monopolístico, tal mão de obra acabou por se vincular aos setores e/ou formas de atividades fora dos setores dinâmicos e, portanto, caracterizadas pela precariedade e por formas instáveis de remuneração. Tais são as condições que dão origem à marginalidade social, condição que exclui fração substancial da população não apenas do acesso a condições minimamente decentes de trabalho, mas também provoca um processo de exclusão completa e permanente de sua sociabilidade<sup>4</sup>.

## **2. A tese da superexploração da força de trabalho<sup>5</sup>**

A fundamentação da categoria *superexploração da força de trabalho*, delimitada por Ruy Mauro Marini no âmbito das discussões da teoria da dependência, relaciona-se de maneira estreita à compreensão que o autor tinha da forma através da qual se consolidou o sistema capitalista de produção na periferia. Marini não estabelecia necessariamente uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, via neste a

reunião de elementos e mecanismos que, nos limites das relações econômicas internacionais, promovia o desenvolvimento de certas regiões e, concomitantemente, o subdesenvolvimento e a dependência em outras. É por isso que compreender o conceito de superexploração da força de trabalho passa, necessariamente, pela compreensão do tipo de capitalismo que se desenvolveu nos países periféricos.

Inserida na economia internacional como fornecedora de produtos primários, a produção de mercadorias na América Latina firma-se como fator primordial do desenvolvimento industrial dos países centrais. De fato, a especialização pela qual os países centrais necessitaram passar em seu processo de industrialização pressupunha, de um lado, o bloqueio da produção agrícola como forma de canalizar seus recursos e esforços para a nascente indústria e, de outro, encontrar meios de ter acesso a bens primários, sem os quais a industrialização não teria formas de se realizar. É dessa maneira que os países latino-americanos participaram da industrialização dos países centrais, movimento que levou ao aprofundamento não só da divisão internacional do trabalho, mas também da especialização dos países centrais como produtores mundiais de manufaturas. É assim que, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p. 112-113).

Esse deslocamento da predominância da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa não se dá somente pelo fato de os países capitalistas centrais serem pioneiros na utilização de técnicas de produção mais avançadas. O simples domínio de técnicas que comportam elevada produtividade não permite uma maior cota de mais-valia relativa, para o que é essencial a modificação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente<sup>6</sup>, com ampliação do segundo em detrimento do primeiro. A ampliação da mais-valia passava, então, pela redução do valor da força de trabalho, ou do seu equivalente, o salário.

Tomando por base a teoria do valor-trabalho de Marx, a redução dos salários só seria possível mediante a redução do valor necessário à garantia da subsistência e reprodução da classe trabalhadora, o que recairia na necessidade de reduzir o valor de sua cesta de consumo. Na medida em que os bens-salário, que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, dizem

respeito basicamente a produtos primários, e considerando que parte da oferta mundial de alimentos era garantida pela periferia latino-americana, ficava expressa a forma pela qual as exportações da região se firmavam como elo fundamental não só para a modificação do eixo de acumulação nos países centrais e para a passagem da produção de mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, mas também para a consolidação da situação de dependência. A ampliação conjunta da oferta de bens primários e da depressão de seus preços no comércio internacional conduziu à redução do valor da força de trabalho nos países industrializados, permitindo que o incremento de sua produtividade se convertesse em cotas cada vez mais elevadas de mais-valia.

Se, de um lado, há um claro movimento de redução dos preços dos produtos primários por conta da expansão de sua produção, o mesmo não pode ser dito em relação aos bens manufaturados, que, ou têm seus preços mantidos estáveis ou, no limite, os têm reduzidos lentamente. Ao estabelecer uma troca entre produtos que têm seus preços reduzidos gradativamente e outros que têm seus preços estáveis, compõe-se um intercâmbio desigual que, ao ser reflexo da própria depreciação dos preços dos bens primários, conduz a um processo de intensificação da deterioração dos termos de troca.

Passando da esfera de análise das relações individuais para as relações macroeconômicas, Marini mostra como o intercâmbio desigual se efetiva tanto no âmbito dos mecanismos internos à esfera de produção, quanto para os mecanismos que atuam em diferentes esferas que se inter-relacionam. O primeiro caso se estabelece por conta dos diferenciais de produtividade, que permitem que bens similares, oriundos de fontes diversas, possuam preços diferentes. É assim que um país, que possua graus mais elevados de produtividade – independente de produzir bens primários ou manufaturados –, consegue fazer com que os preços de seus produtos sejam inferiores aos preços de seus concorrentes – os preços de mercado –, com o que se obtém um lucro extraordinário. Já o segundo caso se estabelece no intercâmbio de diferentes mercadorias e pressupõe o monopólio da produção por parte de um país. Ao produzir um bem de maneira exclusiva, uma nação tem em suas mãos o mecanismo para comercializá-lo a um preço superior ao seu valor de produção, fazendo com que as nações que adquiram tal produto transfiram gratuitamente parte do valor gerado internamente. É desse mecanismo que se configura o intercâmbio desigual na concorrência capitalista, e exclusivamente o que nos interessa para o caso retratado, considerando as relações comerciais entre a periferia latino-americana e os países centrais.

Disso conclui Marini (*ibidem*, p. 121-122) que [frente] a esses mecanismos de transferência de valor, [...] podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. [...] O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos.

Ou seja, mediante o estabelecimento de um tipo de troca que necessariamente leva à transferência de valor da nação desfavorecida para a nação detentora do monopólio, a primeira necessita criar mecanismos que compensem essa transferência. Levando em conta que se trata da transferência de mais-valia gerada internamente, que deveria ser reinvestida para a perpetuação da reprodução ampliada do capital, tem-se que esse tipo de capitalismo, que não se “completa”<sup>7</sup> pela não realização integral do capital, é o tipo de capitalismo que caracteriza as nações latino-americanas, enquanto participantes de um comércio determinado pelo intercâmbio desigual. Nesse sentido, observa-se que o

capitalista da nação periférica, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias exportadas, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional – ou seja, as perdas ocasionadas no comércio internacional são corrigidas nas relações internas de produção. E é por isso que vão se consolidar, no interior dessas economias, os mecanismos de compensação fundados na maior exploração do trabalho.

Nesses termos, a transferência de valor, decorrente do intercâmbio desigual, nada mais é que a transferência da mais-valia gerada nos países periféricos. E a compensação dessa transferência não pode se concretizar por meio da ampliação da produtividade, por três principais razões. Em primeiro lugar porque, como já apresentado, a ampliação da produtividade, por si só, não garante o aumento da cota de mais-valia. Em segundo lugar, porque as nações periféricas não conseguem desenvolver uma base técnica que crie condições suficientes para que a ampliação da mais-valia se dê mediante o aumento da produtividade. E, por fim, como os setores de composição orgânica do capital mais elevada estão presentes nos países centrais, enquanto os setores produtivos dos países periféricos possuem uma composição orgânica do capital inferior, o comércio entre estas nações será sempre um comércio de

produtos com diferentes valores relativos e que, portanto, tende a perpetuar os mecanismos de transferência de valor. Assim, somente o aumento dos graus de exploração do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – pode permitir aos países periféricos a ampliação da mais-valia em graus suficientes para compensar a transferência de valor.

Seriam quatro os principais mecanismos, atuando de forma isolada ou combinada, através dos quais as nações periféricas conseguiriam ampliar a mais-valia como forma de efetivar o processo de acumulação capitalista. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, através do qual o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior ao que produzia antes<sup>8</sup>. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho que, como o próprio termo já revela, trata-se da extensão do tempo de trabalho de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário – ou seja, amplia-se o período da jornada dedicado à produção de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador – com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência – em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital, a partir da violação do valor da força de

trabalho. O quarto mecanismo envolve a ideia de que o valor da força de trabalho é histórica e socialmente determinado. Sendo assim, quando, com o passar do tempo, o valor da força de trabalho se eleva sem que haja correspondente elevação dos salários, podemos dizer que se configura uma nova forma de superexplorar a força de trabalho.

Esses mecanismos, adotados prioritariamente em países com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, alienam do trabalhador as condições mínimas para garantir sua subsistência. No primeiro e no segundo caso, porque a ele é imposto um ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, conseqüentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro e no quarto casos, porque dele é retirado o mínimo necessário para que tenha condições de garantir sua subsistência e sua reprodução. Assim, na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador e não no aumento de sua capacidade produtiva. Quando tais mecanismos são utilizados mediante a ocorrência de um processo de transferência de renda dos países periféricos para os países centrais, configura-se o que Marini convencionou chamar de superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho codifica-se, dessa forma, como uma categoria própria da reprodução da economia dependente, nos marcos das relações de troca no comércio internacional. Não se trata, simplesmente, de uma ampliação dos mecanismos que permitem um aumento da quantidade de bens produzidos, ou da extensão da exploração do trabalho, mas, sim, da intensificação dos mecanismos que, ao modificarem a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, permitem uma maior extração da mais-valia, em um contexto de transferência de renda no sentido periferia-centro. O importante a destacar é que, mesmo que o aumento da força produtiva do trabalho – que permite a produção de uma quantidade maior de mercadorias com o mesmo dispêndio de força de trabalho e no mesmo período da jornada de trabalho – seja uma forma própria de exploração do modo de produção capitalista e, para além disso, que os mecanismos fundados na maior exploração do trabalhador se estabeleçam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, a compensação da renda transferida para o centro só pode se efetivar com base nos mecanismos apontados por Marini, dado o baixo desenvolvimento tecnológico dos países periféricos. Entendendo, então, de um lado, que a ampliação da exploração do trabalho, tal como apresentada por Marx, dá-se tanto através do aumento

da força produtiva do trabalho quanto pelo aumento da exploração do trabalhador, e, de outro, que somente os mecanismos de ampliação da jornada, de intensificação do trabalho e de redução do fundo de consumo do trabalhador são prontamente acessíveis aos países periféricos, tem-se, então, que estes mecanismos se conformam como meios de superexploração da força de trabalho, o que caracteriza a condição dependente, e serão permanentemente acionados à medida que se transfere capital aos países centrais, como forma de garantir a manutenção da reprodução ampliada do capital na periferia.

### **À guisa de conclusão: para uma economia política do trabalho no capitalismo dependente**

Nas seções anteriores, dedicamo-nos ao resgate de algumas categorias formuladas no interior do marxismo, cujo foco central era a compreensão dos desdobramentos referentes às relações de trabalho em economias capitalistas dependentes, a partir das particularidades e especificidades apresentadas por elas. As noções de massa marginal, polo marginal e superexploração do trabalho buscaram explicar a concretização dos processos de formação do excedente de mão de obra e intensificação da exploração da força de trabalho em situações nas quais a permanente transferência de renda

periferia-centro condicionava descontinuidades no processo de reprodução interna do capital. A par de suas contribuições para a formulação de uma interpretação própria acerca do desenvolvimento capitalista dependente, passamos à análise de suas divergências e articulações, para entender como essas categorias podem, conjuntamente, propor uma análise sobre a dinâmica das relações de trabalho.

Em *dialética da dependência*, Marini (2000) aponta os possíveis limites das teses apresentadas por Nun e Quijano, vinculadas ao fato de as mesmas terem sido elaboradas tratando a marginalidade social de forma independente do modo pelo qual se entrelaçam, nas economias dependentes, o aumento da produtividade do trabalho – que deriva da importação de tecnologias – com a maior exploração do trabalhador – possibilitado pelo aumento da produtividade. Para Marini, o problema estaria no fato de ambos considerarem a marginalidade social a partir da formação de setores econômicos cujo nível de diferenciação permiti-los-ia operar com baixa dinâmica e incremento tecnológico, absorvendo a parcela da força de trabalho sem qualificação e que se tornaria, para os setores hegemônicos, mão de obra afuncional e/ou sobranante. Nesse sentido, a marginalidade social não estaria vinculada aos efeitos do aumento da força produtiva do trabalho nos setores hegemônicos,

mas, sim, a fatores de diferenciação setorial.

Para Marini, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho – que implica em produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho – reduz a quantidade de trabalho incorporado ao produto individual e rebaixa, em consequência, o seu valor, ao passo que a maior exploração do trabalho, via aumento do tempo de trabalho excedente ou elevação da intensidade do trabalho, tende a aumentar a massa e o valor da mais-valia produzida. No âmbito do sistema capitalista de produção, essas formas opostas de exploração tendem a neutralizar-se, uma vez que o aumento da força produtiva do trabalho cria a possibilidade de levar a uma maior exploração da força de trabalho.

A redução do tempo total de trabalho que o trabalhador necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, mesmo sem estender a jornada de trabalho, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e, portanto, uma massa superior de valor. De modo que o que aparece, de um lado, como possível diminuição do tempo de trabalho, se traduz, de outro, em aumento da produção exigida ao trabalhador.

Isso se expressa nas condições de produção através da elevação da composição orgânica do capital, isto é, da diminuição relativa ou absoluta (segundo o ritmo da acumulação) do capital

variável; em outras palavras, na redução relativa ou absoluta da força de trabalho e na expansão do exército industrial de reserva (*ibidem*, p. 162-163).

A partir disso, conclui o autor que a superexploração, bem como a marginalidade social, não correspondem à sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas são derivadas das leis de movimento do sistema, em especial a lei geral da acumulação capitalista. De modo que são ambas produto da permanente relação entre produtividade e exploração do trabalho.

Aparentemente, o equívoco dos teóricos da teoria da marginalidade foi não considerar dois aspectos centrais. De um lado, o fato de que o permanente incremento da composição orgânica do capital, ao ampliar a massa do exército de reserva, ampliava também a massa de trabalhadores marginais, uma vez que esses são mão de obra excedente e, portanto, não vinculados a atividades produtivas ou aos setores hegemônicos, independente do seu grau de qualificação. De outro lado, o fato de terem ignorado os aspectos relativos à dinâmica intersetorial da mão de obra, de tal modo que uma parte da população vinculada aos setores marginais poderia, a depender das condições do desenvolvimento dos processos produtivos e da própria flutuação econômica, transitar para os setores hegemônicos. Nesse sentido, todo esse conjunto da população, seja previamente

parte dos setores marginais, seja trazida ao exército de reserva pelo incremento da força produtiva do trabalho, é parte componente da marginalidade social.

A despeito dos limites apontados em relação à teoria da marginalidade, cabe chamar a atenção para sua extrema importância, do ponto de vista analítico, para o entendimento da formação do excedente de mão de obra em economias periféricas. É a partir desse aspecto que se pretende uma vinculação à superexploração da força de trabalho, no esforço de se pensar uma possível complementaridade entre ambas para a proposição de uma análise acerca da dinâmica das relações de trabalho. Em primeiro lugar, como já apontado, importa destacar o fato de que tais categorias foram formuladas, dentro da interpretação da teoria marxista do valor, a partir do entendimento dos aspectos específicos das economias capitalistas periféricas e dependentes, que redundam em particularidades do ponto de vista da organização da produção e da efetivação dos mecanismos de produção e apropriação do valor. Em segundo lugar, o fato de que tais especificidades, do ponto de vista da estrutura produtiva, consolidam uma forma própria na relação capital-trabalho, que cria condições para a ampliação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho, seja pela perspectiva da expansão do exército industrial de reserva, seja pelo favorecimento da

precarização das relações de trabalho. Por fim, considera-se que as respectivas categorias são, nesse sentido, fundamentais no entendimento da estrutura das relações de trabalho no capitalismo periférico, especificamente no que diz respeito ao elevado contingente de trabalhadores desempregados ou em situação de emprego instável, elemento que permite a caracterização dessas economias a partir da perspectiva do desemprego estrutural. De modo que, independente destes aparentes problemas, e da crítica apontada por Marini, consideramos não haver contradições substanciais que impeçam a utilização de ambas as teses, e em especial de maneira conjunta, para o entendimento da dinâmica da força de trabalho nos países periféricos.

Partindo das observações apontadas por Marini, o que se percebe é uma estreita vinculação entre, de um lado, o aumento da força produtiva do trabalho, e de outro, a intensificação dos mecanismos de superexploração. O aumento da força produtiva do trabalho ocorre via aumento da composição orgânica do capital, que, ao reduzir do ponto de vista absoluto e relativo o capital variável, reduz a absorção da mão de obra, ampliando, então, o excedente de força de trabalho. De modo que o incremento da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva, aqui tal como em Marx, processa-se a partir do incremento das forças produtivas do capital.

O aumento do exército industrial de reserva, por sua vez, resulta em dois processos. Em primeiro lugar, o gradual aumento da massa de miseráveis e do pauperismo na sociedade. Ainda que parte do exército esteja na posição flutuante – e, portanto, pode ser absorvida pela expansão das atividades produtivas –, o seu aumento condicionará que parte crescente da população se submeta a condições de vida e trabalho cada vez mais precárias. Da perspectiva da teoria da marginalidade, é essa população que, dada sua necessidade de reprodução, vincular-se-á a atividades caracterizadas pela baixa dinâmica, baixa remuneração e elevada instabilidade, conduzindo-os permanentemente a uma situação de marginalidade social, uma vez que é baixo seu acesso a recursos e serviços da sociedade capitalista. Em segundo lugar, a extensão deste exército provocará, continuamente, o aumento da pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, a saber, o grande contingente de trabalhadores desempregados e vinculados a setores não hegemônicos promovem pressões permanentes sobre o mercado de trabalho, resultando em condições mais precárias para a venda da força de trabalho, especialmente no que diz respeito à remuneração e à intensificação do trabalho. Considerando que tais pressões são exercidas não apenas pelo conjunto de trabalhadores cuja possibilidade de absorção

era mais direta – a superpopulação flutuante –, mas também por todos os trabalhadores vinculados aos setores marginalizados, tão maior a marginalidade social, maiores as condições para a intensificação dos mecanismos de superexploração da força de trabalho.

Assim, a ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida pela extensão do exército industrial de reserva. Como não se desenvolve uma indústria capaz de produzir bens com valor agregado suficiente para permitir um intercâmbio equitativo com os países centrais, e que ao mesmo tempo absorva a massa de trabalhadores desempregados, e como é cada vez maior a massa de trabalhadores na condição de marginalidade social, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba por se apresentar como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor.

Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo logrado, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnología ahorrativa de mano de obra, esas economías (*as periféricas*) han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente con base en la producción de plusvalía absoluta. Para ello concurre, en parte, la falta de reglamentación de las condiciones de trabajo, y por tanto la extensión irrazonable de la jornada productiva [...]; pero, también, la

ruptura de la relación entre la remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre lo que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero (MARINI, 1974, p. 115)

E é a partir dos mecanismos da superexploração do trabalho que seriam extraídos os recursos que permitiriam a ampliação da força produtiva do trabalho. Ou seja, na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, os mecanismos de aumento da produtividade, aumento da marginalidade social e aumento da superexploração do trabalho se reforçam para intensificar a reprodução ampliada do capital.

Nenhuma novidade – tais mecanismos são exatamente os que operam a lei geral da acumulação capitalista –, não fosse o esforço de se entender como se desdobram tais aspectos no interior de uma estrutura capitalista permeada por especificidades. Ao apontar a formação da massa marginal, a qual se resulta na marginalidade social, a teoria da marginalidade pontua sobre a extensão do excedente de mão de obra numa economia cuja estrutura é incapaz de se desenvolver em convergência com as características e necessidades apresentadas pela sociedade. De modo que a economia se desenvolve com um excedente estrutural de mão de obra de tal magnitude, que a marginalização social se torna o único caminho viável para fração substancial da população. A categoria

superexploração da força de trabalho, por sua vez, aponta para a agudização dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora, numa economia cuja estrutura produtiva condiciona a permanente transferência de renda para os países capitalistas centrais. Do que se quer dizer que, conjuntamente, essas teorias apontam para a exacerbação dos efeitos e resultados da interconexão entre aumento da força produtiva e da exploração do trabalho, os quais são características estruturais das economias periféricas e dependentes. Assim, o aumento da produtividade, o crescimento do exército industrial de reserva, a ampliação da marginalidade social e a intensificação dos mecanismos da superexploração da força de trabalho se reforçam permanentemente, numa espiral cujo único resultado é o aumento da precarização da classe trabalhadora. O desemprego, a elevada exploração, a baixa remuneração e a exclusão social passam a ser a tônica permanente e as características centrais das relações de trabalho no capitalismo dependente.

Tais aspectos ficam claros, por exemplo, quando analisamos os efeitos sobre as relações de trabalho quando do processo de industrialização no Brasil. A montagem de uma estrutura produtiva industrial com base no processo de substituição de importações acabou por implantar uma indústria poupadora de mão de obra, incapaz de absorver o contingente

de mão de obra disponível. Contingente esse que tendeu a se concentrar nos centros urbanos, dados a crise da produção cafeeira e os movimentos migratórios internos que começaram a ganhar corpo no Brasil a partir da década de 1940. O que se tinha então era um quadro de incremento da oferta de trabalho e capacidade limitada de absorção da indústria. Nesse quadro, não haveria outra alternativa para a mão de obra a não ser se vincular a formas precárias de trabalho. Não estranhamente, o setor de comércio e serviços cresce a elevadas taxas a partir dos anos 1940, com relativa capacidade de absorção da mão de obra. Mesmo sendo setores “formais”, são historicamente demarcados pela precariedade do trabalho, fator cujas possibilidades se estendem na própria esteira do crescimento do excedente de mão de obra. Para outra parte da população, são as atividades à margem do sistema que vão garantir sua possibilidade de reprodução. O fundamental, em síntese, não é perceber exatamente sua forma de vinculação à atividade produtiva, mas, sim, como uma parcela relativa da classe trabalhadora não possui alternativa a não ser os setores altamente precarizados.

Por fim, importa também atentar para como essas concepções, a parte suas divergências, conseguem explicar elementos típicos das relações de trabalho contemporâneas, mais de 50 anos após sua elaboração. O desmonte das

relações de trabalho empreendido no Brasil a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais, criou condições mais que favoráveis à expansão das relações de trabalho precarizadas. Se não tiveram como objetivo a extensão do exército de trabalhadores excedente, certamente teve na fragilização da classe trabalhadora, na instabilidade das condições de trabalho e na flexibilização de seus ganhos um de seus focos centrais. E são tais elementos que criam as condições necessárias para um processo de permanente marginalização social e aumento da superexploração do trabalho, aspectos centrais, na economia dependente, para a expansão da reprodução ampliada do capital.

## Bibliografia

- AMARAL, M. S. A. & DUARTE, P. H. E. D. “A superexploração da força de trabalho como lei de movimento própria do capitalismo dependente: (des)construções a partir da lei do valor”. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2014, Brasília. Anais do II Encontro Nacional de Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais. Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília, 2014.
- BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Dependência e superexploração do trabalho no desenvolvimento periférico”. In: MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina e os desafios da globalização – Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Editora PUC Rio, 2009, p. 251-264.
- \_\_\_\_\_. “(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013, p. 71-98.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores S.A., 1974.
- \_\_\_\_\_. *América Latina – Dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- NUN, José. “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. In: MARINI, Ruy Mauro & MILLÁN, Margara. *La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, Luiz. *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre o conceito de marginalidade social”. In: PEREIRA, Luiz. *Populações marginais*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, Theotônio. *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

## Notas

1. A visão apresentada neste texto segue basicamente o debate proposto por Ruy Marini em seu texto clássico, *A Dialética da Dependência*. Além desta, importa destacar as contribuições teóricas de Theotônio dos Santos (2000) e Vânia Bambirra (1978), que superaram várias das limitações presentes nas análises desenvolvimentistas, em especial por avançar em termos da definição de um conceito de dependência.
2. Ainda que seja tratada aqui como “teoria”, a tese da marginalidade dialoga diretamente com a análise da teoria marxista da dependência, partindo inclusive dos pressupostos desta para a elaboração de sua interpretação acerca da superpopulação relativa em regiões periféricas. Por essa razão, consideramos a tese da marginalidade como parte da teoria marxista da dependência.

3. A noção de dependência proposta pelo autor vai além daquela delimitada pelo escopo teórico da teoria marxista da dependência, ou seja, reflete não apenas a relação de subordinação entre países centrais e periféricos, mas também a articulação entre estruturas econômico-sociais de distintos níveis de desenvolvimento dentro um sistema econômico. Ao propor essa noção, Quijano busca, na articulação dos elementos internos, os fatores característicos da situação dependente.

4. Importante destacar o fato de que a absorção da força de trabalho nos chamados setores produtivos hegemônicos – para usar o termo dos autores – não garante que essa força de trabalho não estará submetida a condições de trabalho precárias, nem tampouco sua sociabilidade, levando em conta que a precarização do trabalho é elemento estrutural na lógica de reprodução do capital. No entanto, a exclusão de parte da força de trabalho de setores que, em tese, deem garantias mínimas aos trabalhadores intensifica o processo de precarização do trabalho e das condições gerais de organização de sua sociabilidade.

5. Aqui, tal como em Amaral e Duarte (2014), assumimos a apreensão trazida por Carcanholo (2013) em torno da imprecisão, presente em Marini, sobre a utilização do termo “superexploração do trabalho”. Como apontado por Carcanholo, “o rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo superexploração da força de trabalho, uma vez que explorar – no sentido de usar, utilizar consumir, realizar – aquilo que já é o resultado dessa exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido” (2013, p. 4). Assim, ainda que na obra original de Marini utilize-se o termo “superexploração do trabalho”, optamos por substituir o termo por “superexploração da força de trabalho”, por considerá-lo o mais adequado e convergente com o resgate crítico da teoria da dependência, no sentido de atualizá-la e articulá-la às especificidades históricas que o capitalismo contemporâneo apresenta, sem, no entanto, entrar em possíveis contradições com o termo utilizado por Marini.

6. O domínio de técnicas mais avançadas por parte de um capitalista individual, ao permitir a este a produção de bens em um nível de produtividade mais elevado, conduz a um processo de extração de uma mais-valia extraordinária – ampliação da mais-valia de um capitalista individual sem que ocorra uma ampliação generalizada da cota de mais-valia na economia – por parte deste em relação aos demais capitalistas. Quando há difusão dessas técnicas para o conjunto da economia, ocorre uma uniformização da taxa de produtividade. Do que se conclui que o simples domínio de uma técnica produtiva mais elevada não é suficiente para modificar a cota de mais-valia gerada no conjunto da economia. Essa ampliação só é possível mediante a modificação da relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente.

7. Nesse ponto, quando se fala em um “capitalismo que não se completa”, não estamos querendo dizer que o capitalismo nos países periféricos é um tipo de capitalismo que ainda não se desenvolveu por completo. Ao contrário disso, consideramos que o sistema capitalista nessas regiões possui seus mecanismos de valorização exacerbados, o que faz com que sejam, certamente, mais voltados ao atendimento das demandas do capital. O termo utilizado é apenas uma alusão ao fato de que, como a mais-valia que deveria ser realizada internamente é transferida para os países centrais, a reprodução ampliada do capital interno é limitada ou temporariamente obstruída. E é exatamente para permitir que o capitalismo periférico faça prevalecer sua lógica que são utilizados os mecanismos de superexploração da força de trabalho, como será explicado mais adiante.

8. Aqui é importante destacar que a produção de uma maior quantidade de bens em uma mesma jornada de trabalho pode se dar tanto pela intensificação do trabalho (que resulta em maior desgaste da força de trabalho) quanto pela internalização de nova tecnologia, mecanismos estes que conduzem a um aumento da produtividade do trabalho. Nesse caso, caberia analisar se esse aumento resulta em ampliação da massa de mais-valia e se ela resulta em redução do trabalho necessário ou do valor pago ao trabalhador. Quando Marini aponta o aumento da intensidade do trabalho como forma de criar novo valor e compensar o valor transferido no âmbito do comércio internacional, sua intenção é a de mostrá-lo enquanto mecanismo que amplia a fração do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, o que acaba por levar a uma maior superexploração do trabalhador. Isso porque o aumento da produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias, resultando na redução do valor da força de trabalho, tal como no mecanismo definido por Marx. O ponto é que, mesmo ocorrendo uma redução do valor da força de trabalho – resultando, nesse caso, no fato de que a redução salarial não se converteria em pagamento abaixo do valor, mas, sim, no valor menor a ser definido pela redução do tempo de trabalho necessário –, o aumento da intensidade do trabalho resultante desse processo acaba conduzindo a novas necessidades para que o trabalhador consiga se reproduzir – sendo seu desgaste maior, seja pela intensificação do trabalho, seja pela imposição de um ritmo mais intenso, ditado pela máquina –, o que, necessariamente, leva ao aumento de seus gastos de subsistência. Por isso, ao passo que o valor da força de trabalho se reduz na medida da redefinição entre tempo de trabalho necessário/tempo de trabalho excedente, o valor para o cumprimento de suas necessidades se amplia. Ou seja, nesse caso, há um claro pagamento do trabalhador por debaixo do valor de sua força de trabalho e, por isso, há superexploração.

9. Uma das principais críticas feitas à tese de José Nun foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso, ao apontar na tese da marginalidade uma tentativa de vinculação da noção de superpopulação relativa a uma teoria da população. Para detalhes desse debate, ver Cardoso (1973).